

Destaques

29/12	Condições de vida e cidadania	INE divulgou Indicadores Sociais – 2008
29/12	Economia	INE divulgou Contas Nacionais Trimestrais – 3.º trimestre 2009
23/12	Economia	Banco de Portugal divulgou Boletim Estatístico – Dezembro 2009
18/12	Economia	FMI divulgou <i>Working paper</i> The Global Financial Crisis: Explaining Cross-Country Differences in the Output Impact
16/12	Economia	INE divulgou Contas Regionais – 2008
16/12	Turismo	DREM divulgou Estimativas da actividade turística – 2009
15/12	Economia	INE divulgou Paridades de Poder de Compra – 2008
11/12	Economia	BCE divulgou Boletim Mensal do BCE – Dezembro 2009

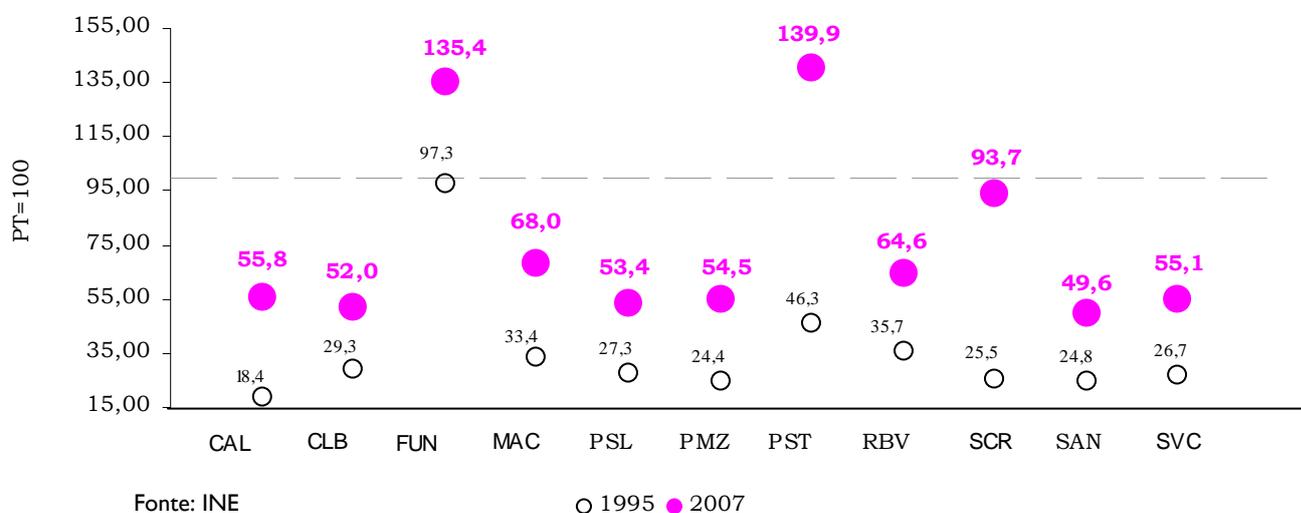
Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2007

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentou recentemente a oitava edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, um trabalho que pretende fornecer uma base comparativa do poder de compra à escala concelhia do território nacional. O modelo de análise factorial adoptado no tratamento das 17 variáveis utilizadas resulta na construção de três indicadores, designadamente o Indicador per Capita (IpC), a Percentagem de Poder de Compra e o Factor de Dinamismo Relativo. O maior poder explicativo atribuído ao IpC que, pela sua formatação permite aferir o poder de compra manifestado quotidianamente nos diversos municípios do país, fundamenta uma atenção particular, pelo que a análise do presente Estudo deverá incidir essencialmente sobre este indicador, que se apresenta sob a forma de índice, tendo por referência a média nacional (valor 100 do indicador).

De acordo com o Estudo, o Porto Santo e o Funchal encontravam-se entre os 10 concelhos do país com maior poder de compra per capita, ocupando a 7.^a e a 10.^a posição, respectivamente, com índices de 139,92 e 135,44. Relativamente aos restantes concelhos da Região Autónoma da Madeira (RAM), Santa Cruz encontrava-se na 56.^a posição na lista dos 308 concelhos de Portugal com um índice de 93,65, seguindo-se Machico e Calheta, que surgiam nos 150.^o e 240.^o lugares, com índices de 67,98 e 55,77, respectivamente. Ponta do Sol, Câmara de Lobos e Santana são os concelhos da Região com os níveis de poder de compra mais baixos, não ultrapassando os 53,39%, os 51,98% e os 49,55% da média nacional, ocupando os 265.^o, 274.^o e 292.^o lugares, respectivamente.

A comparação dos resultados do presente Estudo com a edição de 1995 é reveladora de evoluções significativas nos concelhos da Região, que têm vindo a descrever uma trajectória de convergência com a média de referência, uma vez que, nessa data, todos os concelhos tinham um poder de compra inferior à média nacional e, à excepção do Funchal, registavam um nível de poder de compra inferior a 50% do referencial nacional. É de destacar o Porto Santo, que registou ao longo do intervalo avanços assinaláveis, passando de um poder de compra per capita equivalente a 46,3% da média nacional para os 139,92 em 2007, ultrapassando inclusivamente o Funchal, que regista a segunda melhor posição no contexto regional. O gráfico seguinte atesta a evolução 1995-2007 dos concelhos da RAM em matéria de poder de compra face aos padrões nacionais, mas denuncia, simultaneamente, significativas disparidades intra-regionais no que ao IpC diz respeito.

**Indicador per Capita nos concelhos da RAM em 1995 e 2007
(PT=100)**

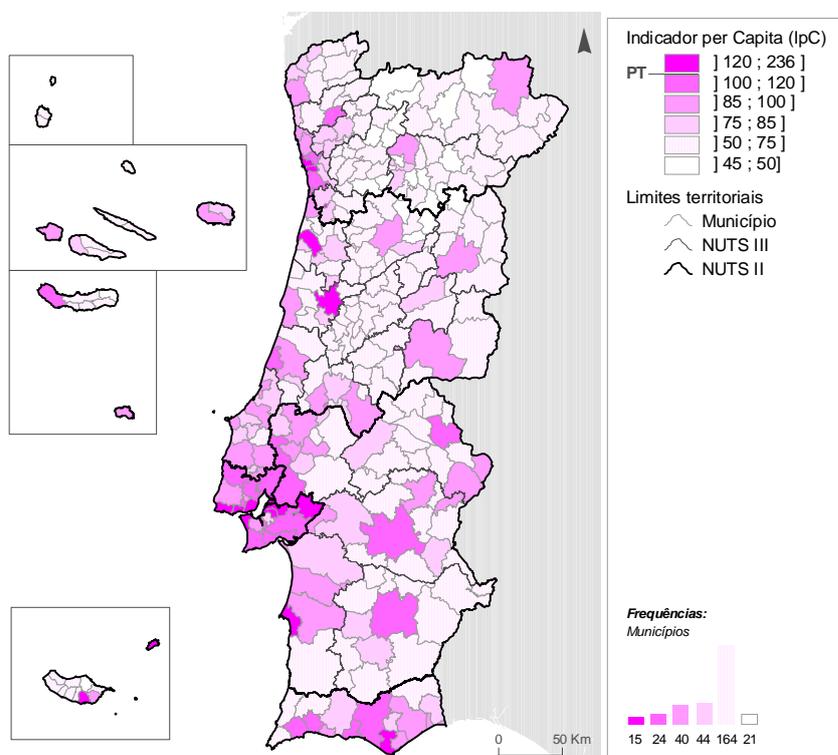


A análise ao nível concelhio nacional revela que apenas 39 concelhos registam valores superiores a 100. Este grupo de concelhos é composto por municípios de natureza eminentemente urbana (a quase totalidade integra centros urbanos com mais de 10 mil habitantes), incluindo sobretudo concelhos da grande área metropolitana de Lisboa, do Algarve e do Grande Porto. Destacam-se ainda, pelo seu posicionamento acima da média do país, várias capitais de distrito do Continente (em particular, Coimbra, Aveiro, Évora, Beja, Braga, Portalegre e Faro) mas também o Funchal e Ponta Delgada, nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, respectivamente.

Por outro lado, os concelhos com menor poder de compra concentram-se na região Norte, em particular nas sub-regiões do Tâmega (Resende, Ribeira de Pena, Celorico de Basto e Cinfães) e do Douro (Penedono, Tabuaço, Carraceda de Ansiães, Tabuaço e Armamar) mas também do Cávado (Terras de Bouro) e do Alto Trás-os-Montes (Vinhais). Neste conjunto, incluem-se ainda Vila Nova de Paiva e Aguiar da Beira, no Dão-Lafões, Nordeste na ilha de São Miguel, nos Açores e Alcoutim no Algarve.

A figura seguinte ilustra as disparidades entre os concelhos portugueses, atendendo ao valor índice do IpC correspondente, para o ano de 2007.

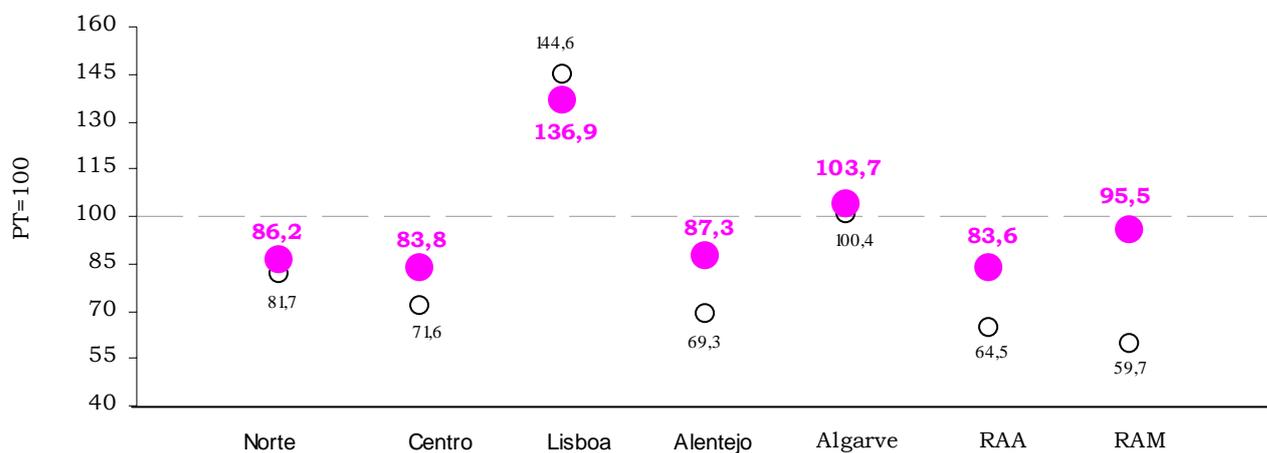
Indicador per Capita em 2007



Fonte: INE

Por grandes regiões, os resultados obtidos revelam, sem surpresa, que a Região de Lisboa é a que apresenta, segundo o IpC, o poder de compra mais elevado, que ultrapassa a média do país em 36,85%. A Região Autónoma dos Açores é a região que atinge o valor mais baixo (83,62), muito aquém da média nacional. Destaque-se ainda, com um valor superior à média nacional, o Algarve, que atinge os 103,65 pontos. As restantes regiões registam valores abaixo da média do país, salientando-se o facto da RAM ser a região portuguesa que mais se aproxima da média nacional. De relevar ainda que o processo de convergência em matéria de poder de compra foi, entre 1995 e 2007, extensivo a todas as regiões do país, à excepção do Algarve, que consolidou a posição favorável que já detinha em 1995. Lisboa voltou a registar uma trajectória de convergência com o valor de referência para o indicador em apreço. Com efeito, em 1995, o poder de compra de Lisboa era superior à média nacional em 44,6%, 7,75 pontos percentuais acima do registado na actual edição. A RAM foi a que protagonizou maiores avanços em matéria de poder de compra, tendo registado, no período em questão, uma aproximação de 35,7 pontos no valor do IpC, passando dos 59,7 em 1995 (o valor mais baixo do país) para os 95,5 em 2007 (o terceiro valor mais elevado). O gráfico seguinte mostra o posicionamento das NUT II portuguesas face à média nacional em 1995 e 2007.

**Indicador per Capita das NUT II portuguesas em 1995 e 2007
(PT=100)**



Fonte: INE

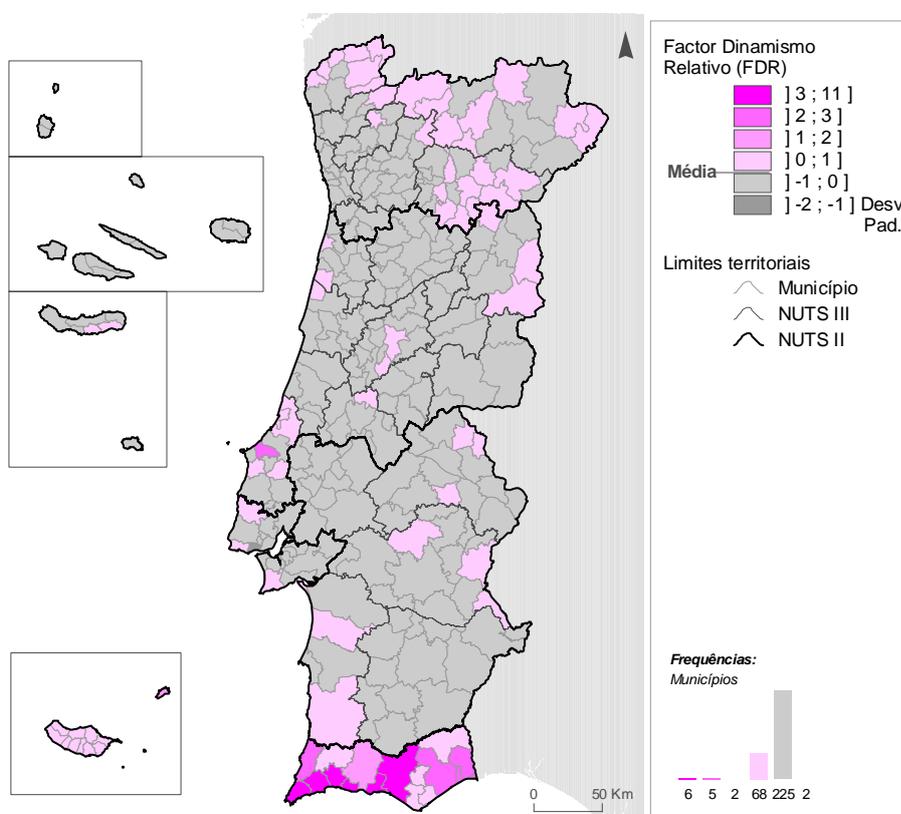
○ 1995 ● 2007

O Factor Dinamismo Relativo (FDR) corresponde ao segundo factor com maior poder explicativo extraído da análise factorial. O FDR pretende reflectir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais induzidos pela actividade turística, constituindo a tendência de dinâmica comercial que subsiste na informação de base. O indicador resulta da standardização da média e do desvio-padrão da respectiva distribuição municipal (assumem o valor 0 e 1, respectivamente). Perante

um FDR superior ao desvio-padrão da distribuição, deve depreender-se grande influência da actividade turística no respectivo município, expressa em termos da elevada sazonalidade da dinâmica comercial. Importa, contudo, sublinhar que um valor baixo assumido no FDR em determinada unidade territorial não implica necessariamente que a actividade turística seja pouco relevante, pois poderá não verificar um desvio padrão significativo em virtude do já elevado poder de compra aí manifestado de forma regular.

Em 2007, dos 13 municípios com um FDR superior ao desvio-padrão da distribuição, 11 situavam-se na região do Algarve: Albufeira, Loulé, Vila do Bispo, Lagos, Lagoa, Portimão, Vila Real de Santo António, Tavira, Castro Marim, Aljezur e Silves. De entre estes municípios, Albufeira destacava-se claramente, apresentando um FDR de 10,70. Óbidos (2,53), na sub-região Oeste, que ocupava a oitava posição na hierarquia e o Porto Santo (1,36), na Região Autónoma da Madeira, fechavam o conjunto dos 13 municípios que apresentavam um FDR superior a 1 em 2007. O mapa seguinte compara os 308 municípios do país com base neste indicador.

Factor de Dinamismo Relativo em 2007



Fonte: INE

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do IpC e reflecte o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país (que assume o valor de 100%). O indicador em apreço combina o IpC com o peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional.

A ideia subjacente a este indicador é a de observar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra per capita pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente.

A observação da estrutura regional da PPC em 2007 revela que dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país se concentram nas regiões NUTS II de Lisboa e do Norte. Para este resultado, contribuem de forma mais decisiva as sub-regiões NUTS III Grande Lisboa (28%), Grande Porto (14%) e Península de Setúbal (8%). No conjunto, estas três sub-regiões representam metade do poder de compra manifestado no território nacional. Na RAM, o PPC atingia os 2,2%, com o Funchal a concentrar 57% do poder de compra regional, correspondente a 1,3% no total nacional.

Este Boletim Informativo também pode ser consultado em: <http://www.idr.gov-madeira.pt/planeamento>

Sugestões e comentários: planeamento@idr.gov-madeira.pt

Fonte: INE- Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2007